



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680254 - SP (2021/0219544-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RODRIGO RISTER DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RODRIGO RISTER DE OLIVEIRA - SP242875
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO ANTUNES FERREIRA
CORRÉU : SERGIO AUGUSTO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO ANTUNES FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (00014745020178260603).

O paciente foi condenado em primeira instância a uma pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, como incurso no art. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, e no art. 28, da Lei n. 11.343/2006, à pena de advertência sobre os efeitos da droga. Provido o recurso de apelação do Ministério Público, foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela acusação do crime de tráfico de drogas, mantendo, no mais, a sentença de primeiro grau. Foi fixado o regime inicial fechado para o início de cumprimento de sua pena.

O impetrante sustenta que é flagrante a coação ilegal perpetrada em desfavor do paciente, tendo em vista a ilegalidade identificada no recurso provido pela instância inferior que estabeleceu regime de cumprimento de pena mais gravoso. Alega que o paciente trabalha e possui residência fixa, que estão preenchidos os requisitos legais para a fixação do regime inicial semiaberto como inicial de cumprimento de pena, e que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e *o fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, seja deferida a medida liminar de ofício, para que seja assegurado ao Paciente o direito de cumprir sua reprimenda no regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja concedida a medida liminar da ordem de habeas corpus de ofício a fim de que seja reconhecido e declarado o direito do Paciente ao regime semiaberto aplicado, nos termos da Súmula nº 440 do Superior Tribunal de Justiça, e na forma do artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente